

## **RELATOS DE QUEM COLHE RELATOS: PESQUISAS EM HISTÓRIA ORAL E CIÊNCIAS SOCIAIS\***

Regina Weber

### Introdução: equacionando proximidades e diferenças

Este ensaio circunscreve algumas experiências comuns a cientistas sociais e historiadores quando estes vão “a campo” recolher depoimentos de trabalhadores ou outros grupos subalternos, tomados, então, como objeto de estudo. Destacando alguns dos principais problemas que surgem neste gênero de pesquisa, busca-se comparar os procedimentos de que lançam mão os historiadores com os empregados por, principalmente, sociólogos e antropólogos. O ensaio propõe, por um lado, mostrar que os procedimentos são diferentes porque o tipo de trabalho dos dois grupos de pesquisadores também o é; por outro, sugerir que parte da experiência acumulada por cientistas sociais no trato com depoimentos deve ser incorporada por historiadores contemporanistas que utilizam o documento oral como fonte.

O trabalho com depoimentos aproxima a História, não apenas pela metodologia, mas também pelos assuntos que enfoca, de suas vizinhas das ciências humanas,

---

\* Agradeço a Cornélia Eckert pela oportunidade de desengavetar a versão anterior deste ensaio e a Cláudia Fonseca por suas críticas, sugestões e conferência de algumas traduções, esperando tê-las aproveitado acertadamente.

principalmente da Antropologia como já destacara Jacques Le Goff (1984, p. 236).<sup>1</sup> Qualquer histórico da história oral mostra que o uso moderno dos depoimentos orais trilha um caminho aberto por sociólogos e antropólogos (sociólogos da Escola de Chicago, Oscar Lewis, Franz Boas).<sup>2</sup>

A proximidade entre a história oral e a Antropologia é bem demonstrada pela preocupação de alguns autores em justamente delimitar diferenças nas pesquisas nestes dois campos. *The Oral History Review*, em seu número especial sobre “Fieldwork in Oral History”, traz vários artigos assinados por profissionais de quem essa metodologia de trabalho foi “emprestada”. A antropóloga Micaela di Leonardo, após reconhecer uma base comum à antropologia e à história oral, lista alguns aspectos em que estas se diferenciam, num esforço de generalização, pois, como ela mesma demonstra, pode-se encontrar estudos que não se enquadram nestas definições, tanto num campo como no outro (Di Leonardo, 1987): 1)As entrevistas em história em geral dirigem-se a indivíduos, enquanto o trabalho etnográfico toma por contexto um grupo de pessoas. Por outro lado, inversamente, o antropólogo atua individualmente, enquanto a coleta de relatos orais que destina-se à constituição de arquivos é um trabalho de equipe. 2)O trabalho de campo é constitutivo da própria definição do antropólogo enquanto tal; já o documento oral é olhado com suspeita mesmo por alguns historiadores. 3)Enquanto historiadores orais buscam informações na narrativa e em artefatos, os modernos etnógrafos privilegiam a narrativa em combinação com o comportamento. 4)Faz parte da tradição etnográfica resguardar a privacidade dos informantes, usando pseudônimos e até mesmo falsificando topônimos; além disso, antropólogos descrevem padrões de comportamento dos informantes dos quais nem eles

---

<sup>1</sup> Seja porque os historiadores bebem nos estudos etnográficos da “tradição oral”, seja porque cada vez mais cientistas sociais realizam estudos na diacronia, a grande questão teórico-metodológica interdisciplinar, sobre a qual existe uma extensa bibliografia, é a da memória. Entretanto, nem esta questão, nem a discussão mais geral sobre as relações entre História e Antropologia, para a qual Lévi-Strauss, em 1949, e Evans-Pritchard, em 1961, forneceram dois textos clássicos, são objeto deste ensaio.

<sup>2</sup>Ver, por exemplo, Thompson (1992, p. 85-88) e Queiroz (1987, p. 272-273).

mesmos estão cômicos. Já o material da história oral destina-se a ser de conhecimento público. 5) Ainda que antropólogos e historiadores possam ser encontrados pesquisando “em casa” ou em outras sociedades, a ênfase dos primeiros é intercultural e no presente, enquanto os segundos trabalham numa perspectiva intracultural e relativa ao passado. As considerações da autora podem nos servir aqui como um roteiro comparativo, conquanto tenhamos claro que a abordagem da história oral à qual ela se refere é, reportando-nos a uma distinção feita por Marieta de Moraes Ferreira, mais a que visa “preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas” e menos a que “privilegia o estudo das representações” (Ferreira, 1994, p. 9); esta última se aproxima mais do trabalho antropológico.

Não desconhecendo que alguns historiadores orais e antropólogos desenvolvem pesquisas com elites empresariais ou políticas, Di Leonardo afirma que uma característica comum da etnografia e da história oral é a preocupação em “dar voz aos sem-voz, valorizar vidas que a ideologia contemporânea descreve como deficiente, sem importância -ou invisível” (Di Leonardo, 1987, p. 3); a tradição antropológica de estudar povos sem escrita e a preocupação de alguns historiadores com aqueles que não produzem os documentos que convencionalmente interessam ao trabalho histórico acabam por encontrar-se num mesmo interesse pelas fontes orais.<sup>3</sup> O recorte deste ensaio é precisamente acompanhar alguns dos passos e percalços da pesquisa de historiadores e cientistas sociais quando estes optam por estudar grupos subalternos através do recurso a depoimentos: 1) a forma de acesso aos informantes; 2) a explicitação dos objetivos da pesquisa; 3) problemas da relação inter-classes; 4) as questões da identificação e da linguagem dos informantes.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup>Contraoando-se aos preconceitos com relação aos estudos de elites, Aspásia Camargo fala, citando Franco Ferraroti, da vulnerabilidade dos estratos inferiores ante cientistas sociais e da solidariedade destes para com os destituídos de poder (Camargo, 1984, p.21-22).

<sup>4</sup>Uma discussão importante no estudo de grupos, não analisada neste texto, é sobre os critérios que presidem a escolha de informantes: a transposição do procedimento da “amostragem” para o contexto da história oral (“representatividade retrospectiva”), a representatividade do indivíduo enquanto membro de sua cultura e o contraponto com os estudos quantitativos são os termos do debate; ver Thompson (1992, p. 166-174), Queiroz (1987, p. 277), Camargo (1984, p. 9-10), Aron-Schnapper e Hanet (1980, p. 192).

Passo então a comparar alguns trabalhos de campo na História e nas ciências sociais que apresentem, senão todas, várias destas características: a)enfocam grupos ou classes desprivilegiados; b)tomam alguns indivíduos como informantes, através dos quais se processa mais estreitamente aquilo que os antropólogos denominam “encontro etnográfico”; c)descrevem, em geral em Introduções e Prefácios, os métodos de pesquisa utilizados; d)as entrevistas são parcialmente dirigidas em torno a temas que interessam à pesquisa, isto é, tratam-se de entrevistas “abertas” ou “temáticas”, que podem estar ora no contexto de uma pesquisa de observação participante ora conjugadas a pesquisas em arquivos. Mais habituados a discutir as vicissitudes do trabalho etnográfico, prática mesmo cristalizada em “diários de campo”, os antropólogos fornecem os relatos mais ricos, como poderá ser visto a seguir. Muitos trabalhos de pesquisa histórica utilizam depoimentos - sem necessariamente empregar a expressão “história oral”- de forma complementar e quase sempre sem descrever a forma como eles foram coletados, como por exemplo em Monteiro (1974) e Maroni (1982).<sup>5</sup>

### O acesso aos informantes

#### 1. Pesquisas em “redutos”

Como se estabelecem relacionamentos com pessoas que vivem em ambientes, relativamente fechados, onde o pesquisador é visivelmente um estranho? “Com cautela”, principalmente se esse lugar oferece perigos, é a resposta que se depreende do relato de

---

<sup>5</sup> Micaela di Leonardo sugere que etnógrafos e historiadores orais deveriam incluir em seus textos mais informações sobre o contexto da entrevista e sobre os efeitos desse contexto na narrativa que é apresentada (Di Leonardo, p.19).

quem se aventurou pelas ruelas de uma favela carioca. Alba Zaluar contou com a intermediação de jovens para entrar no bairro e transitar pelo lugar:

*Eram eles que possibilitavam a minha passagem de uma área para outra controlada por diferentes quadrilhas, bem como a aceitação daquela presença estranha por parte dos olheiros e sentinelas das quadrilhas.* (Zaluar, 1985, p. 13)

Numa das pesquisas em sociologia urbana da “Escola de Chicago” do anos quarenta, em um bairro reconhecido por práticas de contravenção, a experiência mostrara a importância de se obter apoio de indivíduos-chave (Foote-Whyte, 1990, p. 79). Grupo espacialmente delimitado, experiências negativas com imprensa e polícia, imagem social depreciativa são também características dos obstáculos a uma pesquisa em história oral com ciganos holandeses (Schrover, 1990, p. 42). Essas experiências extremas com grupos de nossa própria sociedade parecem lembrar as pesquisas com tribos distantes -Zaluar relembra brevemente a chegada de Malinowski à Oceania-, no entanto, o relato da antropóloga deixa claro que o distanciamento entre pesquisadora e pesquisados, nesse caso, deve-se a uma razão interna à nossa sociedade, a separação de classes:

*Nada ordena claramente, na nossa sociedade, o contato entre os pobres e os ricos. Ao contrário, somos instados a conviver alegremente nos estádios de futebol, nos desfiles de escolas de samba e na nossa cozinha. Mas vivemos em mundos separados, cada vez mais longe um do outro.* (Zaluar, 1985, p. 10)<sup>6</sup>

Outro tipo de pesquisa em lugares circunscritos é a que busca trabalhadores fabris e agrícolas em atividade e aqui as barreiras de classe aparecem, antes de tudo, na figura do proprietário do estabelecimento. É praticamente impossível efetuar observações diretas em estabelecimentos agrícolas de uma área em que os antagonismos de classe e os efeitos da repressão política são evidentes, pois não se entra nesses locais sem a autorização do

---

<sup>6</sup>Referindo-se ao estudo das elites políticas, Aspásia Camargo afirma que “este trabalho exigirá paciência e perseverança e será tão ou mais difícil penetrar no *inner circle* quanto no submundo do crime, da delinquência ou da droga, pois será preciso invadir uma fortaleza bem protegida por regras e códigos estritos, que encorajam a omissão e o silêncio” (Camargo, 1984, p. 13); de forma semelhante os “guetos dourados” constituem um “mundo fechado” (Pinçon e Pinçon-Charlot, 1989, p.15).

proprietário e se for através deste que se chega aos trabalhadores, não se obtém “uma entrevista sequer” (Sigaud, 1971, p. VIII).. A estratégia de Lygia Sigaud foi recorrer aos sindicatos e cooperativas, órgãos de representação dos trabalhadores da cana, sendo o sindicato visto metaforicamente como “a casa do trabalhador na cidade” (Id., p. IX). De qualquer forma, o distanciamento com relação ao proprietário não significa que o pesquisador se afaste totalmente da classe daquele; enxergando-se pelos olhos de seus entrevistados, a autora vê a si e sua equipe “mais próximas do proprietário do que deles” (Id., p. XII).

Para observar e entrevistar operários de usina de açúcar, neutralizando -sem nunca eliminar- os efeitos da posição ambígua do pesquisador ante a relação operário/patrão, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes valeu-se de consecutivos estratagemas, num estabelecimento onde as relações de trabalho eram relativamente amistosas. Tendo visitado inicialmente a usina com seus colegas, quando conheceu o gerente, voltou a ela dias depois, acompanhado do presidente do sindicato dos trabalhadores e foi então apresentado a operários. Não encontrando alojamento para si e sua mulher na cidade próxima, foi, acompanhado do delegado sindical, pedir alojamento na usina ao próprio gerente. E assim:

*as condições de meu acesso aos operários do açúcar no próprio território da usina deveram-se a uma conjunção de fatores favoráveis que puderam derrogar o dilema inicial de pesquisa. (Lopes, 1978, p. 16)\**

Em duas pesquisas com história oral, em fábricas em funcionamento, os autores não mencionaram problemas em chegar aos empregados através da administração; tratam-se de casos em que administradores também são entrevistados e as histórias das empresas recuperadas (Miceli, 1984; Vidal, 1990). Herdeiros da tradição etnológica de pesquisas em tribos indígenas, era presumível que os antropólogos mostrassem uma experiência mais

---

\* As entrevistas gravadas foram feitas nas casas dos operários ou no “clube” da usina.

consolidada e mais problematizada no trato com grupos das sociedades complexas que seus vizinhos historiadores.

## 2. Localizando dispersos

Pesquisas em história, ainda que se refiram a um grupo delimitado de indivíduos (membros de um sindicato, trabalhadores de uma fábrica, participantes de um evento), mas que enfocam períodos passados, defrontam-se com o problema de ter seus possíveis informantes dispersos pelo passar do tempo; o problema do acesso é, então, primeiramente, um problema de localização.

Para encontrar metalúrgicos aposentados em Givors, uma pequena cidade industrial ao sul de Lyon, Yves Lequin e Jean Métral contaram inicialmente com indicações dos serviços culturais da Prefeitura, principalmente de uma arquivista, e depois com a ação do método “bola de neve”: cada informante enviava a equipe a outros novos informantes (Lequin e Métral, 1980, p. 151). Olga von Simpson também recorreu a entidades como agremiações carnavalescas populares e museus para localizar antigos foliões e, no caso de bairros que sofreram alterações, levando seus habitantes a mudarem-se de residência, indicações de alguns informantes levaram a outros (Von Simson, 1989, p. 11, 37, 51). Para localizar trabalhadores, os sindicatos quase sempre são órgãos indicados, mas mesmo contando com uma Associação dos Bancários Aposentados, Leticia B. Canêdo enfrentou dificuldades para encontrar ex-militantes em uma cidade como São Paulo (Canedo, 1978, p. 24).

Em minhas próprias pesquisas (Weber, 1989, p. 12), essas indicações em cadeia eram pouco profícuas, pois muitas vezes conduziam-me a pessoas que não preenchiam os

critérios do projeto. Eu procurava indivíduos que haviam trabalhado no setor produtivo das empresas ijuienses nos anos trinta e quarenta e informações do tipo “aquele ficou trinta anos lá dentro, aposentou lá” podiam apontar, em meados da década de oitenta, pessoas que entraram nas fábricas nos anos cinquenta ou que só trabalharam nos escritórios. Os livros e fichas de registro de empregados, ainda que bastante incompletos, forneciam-me dados como local e data de nascimento, origem étnica, tempo de permanência, função.

Nas descrições das peripécias de sua pesquisa de campo, Arakcy Martins Rodrigues atribuiu à busca de endereços de operários em fichários de empresas um dilema semelhante ao posto pelos antropólogos -deve-se chegar aos operários através de seus empregadores?- e para resolvê-lo ela estava disposta a um comportamento “desonesto”, escondendo de patrões e entrevistados o seu procedimento, mas acabou por abrir mão dessa fonte (Rodrigues, 1978, p. 35-38).<sup>7</sup> Na pesquisa em Ijuí, tal problema praticamente não se manifestou por vários motivos: a) mesmo os empregados que se aposentaram “pela firma” já estavam há muitos anos afastados dela; b) a quase totalidade das empresas atuantes no passado falira nas década mais recentes; c) os livros de registros, pela razão anterior, nem sempre estavam com os antigos proprietários, mas com zelosos ex-guarda-livros; d) nos registros não constavam endereços e para obtê-los -atualizados- eram necesssárias sucessivas informações, de forma que eu chegava aos informantes depois de ter passado por colegas, amigos, vizinhos, parentes e só muito eventualmente, patrões.

Dependendo do tipo de pesquisa, historiadores e antropólogos podem fazer uso das “agências de contato”, quando se trata de localizar indivíduos que não estão previamente agrupados num mesmo lugar de trabalho ou moradia. Em seu extensivo estudo da população inglesa do início do século (*The Edwardians*), sobre família, trabalho

---

<sup>7</sup>A autora qualifica sua pesquisa, desenvolvida na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, de “heterodoxa” (Id., p.15).

e vida em comunidade, Paul Thompson e Thea Vigne procuraram um grupo representativo de informantes, proporcional à população existente no passado quanto a critérios de sexo, lugar de moradia, ocupação, classe, e, para localizá-los, mobilizaram toda sorte de meios: contatos pessoais, cadastros médicos, centros de assistência social, agentes de visita domiciliar, jornais, etc. Thompson alerta que a forma de contato interfere no tipo de amostra que se obtém; não se pode esquecer aqueles que são “socialmente invisíveis” (Thompson, 1992, p. 167-170).<sup>8</sup>

“Agência de contato” é o termo que a equipe de Elizabeth Bott empregara, numa pesquisa intensiva, realizada nos anos cinquenta, sobre a família “comum” inglesa, para referir-se aos intermediários (pessoas, instituições) entre os pesquisadores e casais passíveis de serem entrevistados (Bott, 1976, p. 31-69). Para localizar vinte casais londrinos que satisfaziam certos critérios, foram mobilizadas 42 agências de contato, classificadas em 16 tipos; as peculiaridades destas diferentes intermediações são detalhadamente descritas pela autora, num relato que ilustra, mais uma vez, a anterioridade dos antropólogos neste gênero de discussão metodológica.<sup>9</sup> O estudo de Lygia Sigaud acerca de trabalhadores de engenho residentes na cidade traz novamente a questão das mediações de classe: não conseguindo muitas informações no sindicato, porque estes trabalhadores em geral não se sindicalizavam, também não recorreu a instituições ou agentes sociais como Prefeitura, instituições religiosas, órgãos de assistência social ou comerciantes locais, porque estes eram freqüentemente identificados pelos trabalhadores

---

<sup>8</sup>Em outro texto, Paul Thompson sugere o recurso de chamadas através do rádio e da imprensa (Thompson, 1984, p.54).

<sup>9</sup>Ao optar, num estudo exploratório, realizado nos primeiros anos da década de oitenta, sobre trabalhadores de baixos recursos da cidade de São Paulo das décadas vinte e trinta, por informantes que mantinham relações de amizade e parentesco com as pesquisadoras da equipe, pelas facilidades que isso traria à pesquisa, “uma vez que se pouparia o tempo gasto em procurar gente adequada e em estabelecer com esta gente laços de confiança recíproca”, Maria I. P. de Queiroz comenta brevemente a questão da objetividade/subjetividade em Ciências Sociais (Queiroz, 1983, p.38-41).

com os proprietários, restando-lhe, como mediadores, os próprios trabalhadores (Sigaud, 1979, p. 18).

### Justificando a pesquisa

O pesquisador chegou até o informante; em que termos ele vai explicar-lhe os motivos da pesquisa? Em que medida o informante compreende do que se trata? Em muitas situações os entrevistados concordam em falar sem pedir muitas explicações, em outras, as respostas não lhes parecem convincentes. É perceptível que as distâncias de classe e as diferenças culturais entre entrevistador e entrevistado determinam os limites desse diálogo. Foote-White narra que acabou por compreender que sua aceitação em Cornerville, bairro pobre de imigrantes italianos, “dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvesse do que das explicações que pudesse dar”; isso depois de ter fornecido uma explicação elaborada que a ninguém parecia interessar e de ter descoberto que as pessoas estavam desenvolvendo sua própria explicação, a de que ele estava escrevendo um livro sobre o bairro (Foote-White, 1990, p. 79).

Universidade, pesquisa, livro são imagens que os pesquisadores usualmente empregam nos momentos em que se apresentam aos seus informantes e lhes justificam sua demanda. Porém, há situações em que essas categorias estão muito distantes do universo dos informantes:

*Muitas vezes os trabalhadores [“moradores” de engenhos] não compreendiam qual o interesse que tínhamos em conversar com eles, na medida em que pesquisa é uma categoria estranha para eles. (Sigaud, 1971, p. XI)*

*...por ser eu uma “antropóloga” (o que não deveria significar praticamente nada aos moradores da periferia, mas apenas marcar uma importância, um distanciamento e uma posição superior, de quem sabe)... (Caldeira, 1981, p. 339)*

*É difícil explicar o propósito de todo o questionamento, porque tanto a pesquisa como a universidade como um todo são completamente desconhecidos para eles. (Schrover, 1990, p. 42)*

Um recurso freqüente dos pesquisadores é converter suas reais posições para outras mais simplificadas, que possuem similares no mundo dos grupos que estão sendo pesquisados. A universidade é traduzida para escola, a pesquisa pode ser associada às tarefas escolares e mestrados e doutorandos, que muitas vezes já são docentes universitários, podem apresentar-se -ou serem reconhecidos- como professores ou estudantes:

*Diante disso, todo esforço inicial da pesquisa após a abertura do contato consistiu em tentar desmontar essa desconfiança espontânea frente aos estranhos para fazê-la ceder o lugar a uma imagem mais real de que se tratava de uma professora que ensinava aqueles que vão ensinar as crianças a ler e que estava interessada em conhecer a vida do trabalhador a partir do que ele sabia contar, para poder ensinar melhor e escrever livros que explicassem mais corretamente qual a situação do trabalhador. (Sigaud, 1979, p. 19)<sup>10</sup>*

*Eu usualmente explicava o propósito de minha visita como tendo que escrever uma história para meu professor. (Schrover, ibid.)*

*Nestas aproximações às famílias, a pessoas isoladas, apresentei-me como “estudante brasileira de antropologia fazendo uma pesquisa sobre La Grand-Combe”. (Eckert, 1991/1992, p. 17)*

Uma carta explicativa, que serve de contato inicial, é um meio que não pode ser empregado em qualquer situação. Não se trata apenas de que o destinatário seja alfabetizado e tenha endereço acessível, é preciso que ele consiga situar o remetente e suas intenções:

---

<sup>10</sup>Nesta situação existiu a dificuldade adicional dos temores de perseguições políticas. José Sérgio Leite Lopes também se apresentava como estudante (Lopes, 1978, p. 13).

*A condição de acesso aos militantes deveu-se a uma longa carta escrita a um dos maiores líderes bancários do início da década, o Sr. Reginaldo de Carvalho. Nesta carta, apresentei-me como aluna do curso de Pós-Graduação da USP, interessada em concluir uma monografia de mestrado sobre o sindicalismo bancário paulista. Mencionei o significado de tal trabalho, as fontes utilizadas, algumas conclusões e a importância de sua colaboração como representante do grupo social em estudo. (Canêdo, 1978, p. 24)*

P. Thompson lembra-nos que devemos anexar “um envelope sobrescritado e selado para resposta” (Thompson, 1992, p. 267). Ainda que pareça mais peculiar ao método do historiador, correspondências também foram empregadas na pesquisa de E. Bott (1976, p. 37).

Programas de história oral podem fazer uso de folhetos explicativos, catálogos, livros já publicados (Alberti, 1990, p. 53). Segundo D. Aron-Schnapper e D. Hanet, a possibilidade de publicação pode conter ou, ao contrário, estimular a verve das pessoas (Aron-Schnapper e Hanet, 1980, p. 188). Entretanto, converter o estudo em livro, depende, dentre os outros fatores, do interesse que a obra e o autor possam suscitar em casas editoriais. Em Ijuí, alguns entrevistados falaram-me de um jornalista que, poucos anos antes, havia feito uma pesquisa local da qual resultou um livro, cujos exemplares o próprio autor saía a vender. Para lidar com o problema posto por alguns entrevistados, ao qual Antonio Torres Montenegro (1992, p. 24-26) refere-se como “apropriação do saber”, “sensação de exploração”, traduzindo a queixa de alguns entrevistados de que os entrevistadores ganhariam dinheiro com as entrevistas, sem -e este é o ponto crucial- repartir com eles, o historiador aponta a solução: vincular as entrevistas a um projeto de registro da memória popular, no caso a criação de um Departamento de Memória na

FEACA (Federação das Associações de Moradores, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela).<sup>11</sup>

A dificuldade de compreender a natureza da pesquisa acadêmica, aliada à expectativa que a presença de uma pessoa de classe superior motiva, pode justificar dois comportamentos bastante recorrentes entre entrevistados de camadas desprivilegiadas. Por um lado, duvidam de atividades que não apresentem resultados práticos; de outro, passam a ver no pesquisador uma figura redentora, um representante das autoridades governamentais, que poderá aliviá-los das difíceis condições de vida que estão sendo, por isso mesmo, avaliadas.<sup>12</sup> As pesquisas em história oral, que convidam pessoas idosas a comentarem algo que vivenciaram no passado, parecem suscitar menos “fantasias”. Via de regra, eu me apresentava com alguém (estudante, professora) que fazia um curso de História, numa universidade, e que agora estava fazendo uma pesquisa com pessoas que trabalharam em fábricas ijuienses, para saber como eram as coisas antigamente. Notei que poucas vezes me foram demandadas maiores explicações: a disposição, seguidamente constatada por historiadores, que as pessoas mais velhas têm para rememorações deve contribuir para essa receptividade. No entanto, as posturas podem variar conforme o assunto que está sendo investigado e o papel do entrevistado nos acontecimentos: Ângela de Castro Gomes e sua equipe encontraram “desconfiança e medo” ao entrevistar octogenários que haviam exercido, em décadas passadas, uma “militância quase anônima” (Gomes et al., 1988, p. 7-17).

---

<sup>11</sup>A proposta lembra, de certa forma, as de pesquisa participante ou pesquisa-ação (ver Brandão, 1981). Sobre “uma história oral militante” ver Ferreira, 1994, p. 4.

<sup>12</sup>Ver, por exemplo, Sigaud (1979, p.17), Zaluar (1985, p. 14 e 20), Lopes (1978, p. 14). Este tipo de reação já foi diagnosticado como “fantasia paranóide” (Rodrigues, 1978, p.43). Para compreender como as posturas ante o entrevistador variam conforme a posição social do entrevistado, é ilustrativa a constatação de que intelectuais liberais podem testar as credenciais do historiador, checando seus conhecimentos sobre o assunto em discussão (P. Thompson, 1992, p. 256).

Outra incompreensão é quanto à contribuição individual para os resultados da pesquisa; os que buscam os depoimentos tentam então quebrar essa resistência:

*Quantas vezes fui obrigada a responder à pergunta: “mas por que a Sra. quer saber a minha vida? eu sou uma pessoa qualquer, nem sei falar direito!” Contra-argumentar era difícil. Como convencer que a sua vida era importante? Certamente é mais fácil acreditar que se está sob suspeita. (Caldeira, 1981, p. 342)*

*Além da desconfiança, outro sentimento predominante é o da insegurança em relação ao valor e à importância do que pode ser narrado. (Gomes et al., 1988, p. 13).*

*Muitos dirão que não têm nada de útil para lhe contar e precisarão que se reafirme que a experiência que possuem é preciosa, que ela é desconhecida dos jovens cujas vidas foram muito diferentes e fundamental para que se construa a verdadeira história social. (Thompson, ibid.)*

Nesse último caso, a capacidade de convencimento do historiador vai depender da noção que o interpelado possui da “verdadeira história social”.

### Uma relação entre desiguais

*A relação de entrevista é uma relação social entre dois indivíduos socialmente definidos. Ora, a vida social se resume a uma perpétua avaliação dos indivíduos uns pelos outros. Assim, toda relação onde um está em posição e em direito de interrogar o outro, cria, nela mesma, uma situação de desigualdade, mais ou menos sensível segundo o sentido da diferença social entre o entrevistador e o entrevistado. (Aron-Schnapper e Hanet, 1980, p. 187)*

Alguns autores vêem a diferença de classe entre pesquisador e informante como um fator, assim como as diferenças de sexo, idade e raça, que interfere na relação intersubjetiva da pesquisa.<sup>13</sup> No entanto, esta distância social normalmente é constitutiva

---

<sup>13</sup>Ver Di Leonardo (1987, p.12), Thompson (1992, p.159), Queiroz (1983, p.45). O problema da intersubjetividade, isto é, dos efeitos da presença do pesquisador sobre o material que ele está coletando, é outra das importantes questões interdisciplinares para aqueles que trabalham com depoimentos que também já

da pesquisa na sua própria origem, pois o intelectual optou por investigar um grupo social diferente do seu próprio e é neste contexto que fazem sentido as aproximações com o modo de viver do trabalhador, como andar a pé ou vestir-se simplesmente (Rodrigues, 1978, p. 40 e 56; Lopes, 1978, p.16). Para M. di Leonardo, lidar com as diferenças de poder entre nós e nossos informantes é um dos problemas comuns a antropólogos e historiadores (Di Leonardo, 1987, p. 18). Já Michael Kenny argumenta singularmente que os pesquisadores estão numa condição de clientes ante os informantes, que estão numa posição de patrões. Para este autor, o trabalho de campo requer um diário e regular envolvimento com a sociedade estudada, cujos membros então tornam-se nossos hospedeiros; enviando um recado para historiadores, Kenny duvida da efetividade do *part-time* ou *weekend fieldwork*: “se história oral implica na reconstrução e interpretação de um verificável passado, nós não podemos fazer isso através de um encontro casual” (Kenny, 1987, p. 72-74).

A visão do pesquisador como uma pessoa superior pode dar origem a demandas por parte dos interpelados, fazendo da pesquisa uma relação de troca. Demandas “clientelísticas” palpavelmente materiais podem ser descritas com bom humor (Zaluar, 1985); já a busca de informações elementares choca pelo que revela do grau de marginalização da população (Caldeira, 1981, p. 340). Ilustrativo da diferença de prestígio social que existe entre entrevistador e entrevistado é o sentimento de “importância” que a pesquisa confere a este.<sup>14</sup> Alessandro Portelli, comentando os aspectos subjetivos das fontes orais, afirma que é necessário uma maior dose de confiança ao entrevistado para que o comportamento de só falar aquilo que ele pensa que é relevante para o pesquisador, conseqüência da subordinação de classe, seja atenuado (Portelli, 1981, p. 104).

---

acumulou extensa bibliografia, na qual se incluem os debates dos “pós-modernos” que inspiram muitas das reflexões de Micaela di Leonardo.

<sup>14</sup>Ver Vidal (1990, p.13), Caldeira (1981, p.341), Zaluar (1985, p.19), Papy (1980, p.107).

Em história oral a distância social pode ser mediatizada por uma outra, aquela que o tempo confere aos acontecimentos. Inicialmente, é a circunstância do encontro, cujo objetivo é resgatar algo que aconteceu outrora, vivenciado pelo informante e investigado pelo pesquisador, que permite que se estabeleça uma relação de “cumplicidade” (Alberti, 1990, p. 69). Depois, como o entrevistador normalmente é mais novo que o depoente, a diferença de gerações se interpõe à de classe; esta condição, que Micaela di Leonardo denominou “play daughter” (Di Leonardo, *ibid.*), faz com que o pesquisador seja mais facilmente confundido com um estudante.

Sem voz, anônimos, esquecidos, ausentes de registros escritos; assim são retratados os grupos indígenas, os camponeses, as camadas inferiores urbanas (Queiroz, 1983, p. 67; Iglesias, 1984, p. 63). Na visão de muitos autores, mais do que não possuírem canais de expressão, esses indivíduos muitas vezes sequer conseguem enunciar a própria vivência, que permanece, não-verbalizada, indizível, inarticulada, interdita:

*Num certo sentido a pesquisa representa uma violência relativa, na medida em que exige das pessoas uma verbalização de sua própria experiência que, às vezes, jamais chegaram a fazer.* (Sigaud, 1971, p. XI)

*Em suma, uma nova prova de que uma das características da cultura popular é a fraca consciência que ela possui dela mesma. Em seus balbuécios, aliás, alguns marcos cronológicos, acerca da vida de trabalho, e nada além disso, como se tudo aquilo que diz respeito ao cotidiano estivesse enclausurado numa esfera do privado indizível porque inexistente...* (Lequin e Métral, 1980, p. 152)

*...[a história oral] é um meio, na minha opinião, de articular as experiências daqueles que, historicamente falando, são inarticulados.* (Kenny, 1987, p. 79)

Mas em que medida os intelectuais conseguem resgatar essas vozes até então inaudíveis? Se nas Ciências Sociais o debate é vasto, na História ele já está em campo. A visão radical de P. Thompson, de “uma história militante e politicamente engajada”, uma “contra-história” (Ferreira, 1994, p. 5) já foi questionada; Guita G. Debert, por exemplo, critica o historiador britânico por supor que “a história oral, pela própria força do método, é

uma prática transformadora e *dá de volta ao povo a história em suas próprias palavras*”, pois para a autora “colocar os relatos populares como um ponto de vista alternativo é subestimar as relações de poder nas quais essas camadas estão inseridas” (Debert, 1988, p. 151). A. Portelli já afirmara que “história oral não é o ponto de onde a classe trabalhadora fala por si própria” e que as fontes orais são uma condição necessária -mas não suficiente- para a história das classes não-hegemônicas (Portelli, *ibid.*); Michel Papy, mais cético, lembrara de perguntar se os que não têm voz teriam algum interesse em possuí-la (Papy, *ibid.*). E Michael Pollak, criticando a idéia de que a história oral seria uma “outra história”, diz que “a história oral não deu lugar a uma espécie de contra-história ou de história alternativa, mas tem permitido pensar diferentemente a memória, a identidade e a biografia” (Pollak, 1987, p. 21).<sup>15</sup>

Yonne Grossi, que decidiu “escrever a história dos trabalhadores pela voz de seus agentes”, submeteu seu trabalho “à leitura preliminar de dez mineiros”, que propuseram modificações (Grossi, 1981, p. 28-30); seus informantes não eram propriamente anônimos, mas elementos-chave que foram militantes do movimento operário. Para Maria I. P. de Queiroz, em palavras que já datam de mais de dez anos, é ainda uma utopia esperar que os “sem-voz” possam eles mesmos orientar estudos que visem reformular seu ambiente sócio-econômico; no entanto, ela credita à técnica de história de vida e depoimentos pessoais a possibilidade de relações (entre informantes e pesquisadores) “que não nasçam já configuradas num esquema de poder” (Queiroz, 1983, p. 72-73).

Oxalá então que, alertados para os riscos da ingenuidade militante, possamos, operar numa direção que, justamente por reconhecer as desigualdades, consiga prover os

---

<sup>15</sup>Para a crítica ao “missionarismo militante”, ver p. 14. A idéia de “outra história”, associada à história oral, aparece no nº especial dos *Annales ESC*, de janeiro de 1980, do qual alguns artigos são comentados neste ensaio; a crítica de Pollak está mais desenvolvida no artigo “Fecondite de l’Histoire Orale”, no mesmo nº de *Les Cahiers de L’IHTP* acima citado.

meios de superá-las, sem abandonar as premissas de uma atividade (histórica, antropológica, sociológica) que ainda se supõe científica.

### O autor e sua fala

Recolhida em dissertações, livros e arquivos a fala desses agentes normalmente tão distantes, tão anônimos, deve-se mantê-la associada àquele que a pronunciou, ao informante em sua individualidade? Dentre os primeiros trabalhos com depoimentos no Brasil, há os que nomearam seus informantes, como Antonio Candido, que agradece aos “Nhôs” que o ajudaram em sua pesquisa sobre os caipiras paulistas (Mello e Souza, 1975, p. 13), e os que adotaram a praxe dos nomes (de cidades, empresas e pessoas) fictícios, como Juarez Rubens Brandão Lopes (1967, p. 10).

O ocultamento da identidade do depoente já foi alinhado como procedimento que distingue a antropologia da história oral, como vimos. Ainda que possamos encontrar antropólogos que nomeiam<sup>16</sup> e historiadores que ocultam (ver Maroni, 1982), sempre foi mais próprio da História preocupar-se com agentes históricos, tanto quanto a Antropologia com representantes de uma cultura. Além disso, os historiadores são mais sensíveis à comprovação pontual das afirmações, muitas vezes sobre acontecimentos distanciados no tempo, o que não justifica a postura radical de pôr em dúvida as pesquisas que não revelam nominalmente suas fontes orais (ver Di Leonardo, 1987, p. 5). Uma pesquisa sobre saques e quebra-quebras recentes (Munhoz, 1989), cujo autor reclama da dificuldade de localizar testemunhas, teria se beneficiado da praxe do anonimato por razões assaz compreensíveis.

---

<sup>16</sup>Alba Zaluar cita, quase sempre pelo prenome, alguns informantes, assim como os omite em algumas passagens (Zaluar, 1985.); Cornélia Eckert (1985) identifica empresas, bairros e cidades, mas não pessoas.

É freqüente encontrarmos textos que utilizam uma forma híbrida, citando ou não os entrevistados conforme as circunstâncias: da entrevista, da informação, ou do personagem. José Ricardo Ramalho (1989) e José Sérgio Leite Lopes (1988), nos “Agradecimentos” de suas teses de doutorado, fazem referência nominal a trabalhadores que colaboraram com sua pesquisa, mas quando transcrevem depoimentos identificam apenas a função do narrador. Em minha dissertação nomeio os depoentes quando eles estão narrando a história de sua chegada à cidade ou entrada na fábrica; quando estão comentando relações de trabalho, que sempre revelam conflitos com antigos colegas e patrões, cito apenas a função.

Modalidade extrema de vincular o autor e sua fala, ao mesmo tempo que aquele se aliena desta, é o “Termo de Doação” ou “Carta de Sessão” da entrevista, adotada pelos programas de história oral, principalmente os que contaram com influência de universidades norte-americanas em sua fundação, que visam à constituição de arquivos orais (Corrêa, 1978, p. 73; Alberti, 1990, p. 96). O procedimento de obter a assinatura do entrevistado para uso da entrevista, principalmente em se tratando de pessoas de classes subalternas, não se constitui em mais um elemento constrangedor em uma relação já tão marcada pelas diferenças entre dois mundos, o do pesquisador e o do pesquisado? Paul Thompson alerta: “A insistência numa transferência formal de direitos legais mediante consentimento explícito por escrito pode não só preocupar o informante, como também irá, concretamente, diminuir a proteção mais adequada contra a exploração” (Thompson, 1992, p. 288). A última frase refere-se ao valor potencial, nem sempre previsto, das informações fornecidas.

Outra questão relativa à fala: recolhido o depoimento, como proceder na passagem do oral para o escrito, isto é, na transcrição?

*Neste caso preciso, se oscila entre dois perigos: cingir-se à expressão do interlocutor em seus mínimos detalhes sob o risco de tornar a leitura quase*

*impossível e desvalorizar seu discurso ou rescrever o texto oral com perigo de fazê-lo perder sua especificidade e uma parte da informação que lhe é própria. Deve-se reproduzir os balbuceios, as ligações defeituosas, todas as vacilações, inclusive as que não refletem mais que a apreensão e a timidez? A tradução palavra por palavra não é quase sempre uma infidelidade maior? O narrador mais brilhante não resiste a este tratamento, e em todo caso não se reproduzem as entonações a menos que se utilize a transcrição fonética, que só os especialistas lêem. Ou ao contrário, se adotará o ponto de vista de certos historiadores americanos que, interrogando a emigrantes italianos, suprimem todos os italianismos e transformam sua língua em um discurso de Oxford ou de Harvard? (Joutard, 1984, p. 72)*

O dilema explicitado pelo historiador francês nos sugere um prisma para visualizar o leque de alternativas manuseadas pelos que recolhem depoimentos. De um lado, os manuais de História Oral. O manual editado pela UFSC em 1978 recomendava “limpeza do texto”, que implicava, “sem que haja descaracterização psicológica do entrevistado e do entrevistador”, em “varrer” do texto certos vícios de linguagem “como a repetição constante de palavras, continuamente [...], tanto nas perguntas quanto nas respostas, frases sem terminar, erros de dicção e linguagem, etc” (Corrêa, 1978, p. 62). O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) desenvolveu, em mais de uma década de experiência, um processo para tornar a entrevista disponível para consulta denominado “copidesque” que, mesmo tentando respeitar “as especificidades da linguagem falada”, “limita-se a: corrigir erros de português (concordância, regência verbal, ortografia, acentuação), ajustar o texto às normas de uniformização estabelecidas pelo programa (maiúsculas e minúsculas, numerais, sinais como aspas, asteriscos etc.) e adequar a linguagem escrita ao discurso oral (esforço no qual a pontuação desempenha papel fundamental) (Alberti, 1990, p. 136)”<sup>17</sup> De outro lado, o esforço do antropólogo para captar e transmitir o discurso próprio do narrador e de seu grupo:

---

<sup>17</sup>A autora esclarece que, no caso de publicação, a entrevista transcrita pode sofrer ainda outras alterações; veja-se, como exemplo, o que Ângela de Castro Gomes fala sobre “trabalho de arranjo na sequência e de enxugamento do texto” (Gomes et al., 1988, p.15).

*“Se ela [a Companhia] percisá do minero prá trabalhá de noite, ou dobrá, ou trabalhá nos domingo, nas correa ou montá uma máquina lá, ela percisando o minero tem que í”. (apud Eckert, 1985, p. 265)*

Mais corrente, tanto entre cientistas sociais como historiadores, parecem ser as soluções intermediárias. Leite Lopes (1978) e Montenegro (1992) reproduzem depoimentos praticamente sem erros de concordância ou regência verbal, porém mantêm algumas expressões próprias dos entrevistados como “impeleitada”, “inté”, “fui pegado”, “nera”, “avoa”. Na verdade, como diz o próprio Joutard, “não existem soluções milagrosas; tudo depende em realidade do tipo de investigação” (Joutard, *ibid.*)<sup>18</sup>; ou da passagem do depoimento, pode-se acrescentar: Leite Lopes descreve gestos e interjeições que acompanham uma dada narrativa (Lopes, 1978, p. 78) e M. di Leonardo tentava, em suas transcrições, transmitir a forma de expressão individual (hesitações, gritos, risos, blasfêmias) e evitar correções para a publicação (Di Leonardo, 1987, p. 14).

A questão da linguagem, remetendo-nos a uma outra importante discussão que aqui é apenas enunciada, parece ser fundamental para se compreender “os processos pelos quais as identidades sociais são formadas”; segundo Patrick Joyce “há um crescente reconhecimento de que a língua não é um simples reflexo da ‘experiência’ e da ‘consciência’, mas constitui ativamente essas categorias, sendo cada vez mais amplo o debate sobre como isso se dá na prática” (Joyce, 1993, p. 208). Aqueles que operam com manifestações verbais dos grupos subalternos não poderão desconhecer este outro debate interdisciplinar que entre os historiadores tem seu referencial em Stedman Jones (1983) e para o qual Bourdieu, que não poderia faltar, já foi convidado (ver Porter, 1993, p. 16).

∴

---

<sup>18</sup>Essas questões relativas à transcrição das entrevistas têm semelhanças com as que surgem quando se reproduzem textos escritos de outras épocas, que empregam grafia e mesmo construções gramaticais já inexistentes.

Se os tempos são de interdisciplinaridade, há que exercê-la. Em que pesem os relatos, ora surpresos, ora encantados, ora desconfiados, que aparecem nos preâmbulos dos textos produzidos a partir de informações obtidas de viva voz, muitas destas reações já poderiam ter sido previstas pela leitura de pesquisadores que antes incursionaram pelo método. Por um lado, o exercício dos etnógrafos de descrever as condições em que os depoimentos foram colhidos deve ser bem-vindo ao trabalho de outros profissionais; assim também alguns relatos do trabalho de campo são ricos pela experiência que transmitem. Por outro lado, considerando o montante do que já foi discutido e divulgado, não há muito mais espaço para ingenuidades nem deslumbramentos; as descrições das pesquisas de campo devem então orientar o leitor quanto aos procedimentos escolhidos para enfrentar problemas que se sabia que iriam aparecer.

## **Bibliografia**

- ALBERTI, Verena. (1990), *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- ARON-SCHNAPPER, Dominique e HANET, Danièle. (1980), “D’Hérodote au magnétophone: sources orales et archives orales”. *Annales ESC*, v. 35, n.1, p. 183-199.
- BOTT, Elizabeth. (1976), *Família e Rede Social*. 2 ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1981), *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1981), “Uma incursão pelo lado ‘não-respeitável’ da pesquisa de campo”. *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, Recife /CNPq, Brasília.
- CAMARGO, Aspásia. (1984), “Os Usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas”. *Dados*, v. 27, n. 1, p. 5-28.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. (1978), *O Sindicalismo Bancário em São Paulo no período de 1923-1944*. São Paulo, Símbolo.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. (1978), *História Oral: Teoria e Técnica*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

- DEBERT, Guíta G. (1988), “Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral”. In: CARDOSO, Ruth (org.), *A Aventura Antropológica*. 2 ed., São Paulo, Paz e Terra, p. 141-156.
- DI LEONARDO, Micaela. (1987), “Oral History as Ethnographic Encounter”. *The Oral History Review*, v. 15, p. 1-20.
- ECKERT, Cornelia. (1985), *Os Homens da Mina*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_. (1991/1992), “Relato de uma Pesquisa Etnográfica na França”. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, v. 15.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. (1994), “História oral: um inventário das diferenças”. In: \_\_\_\_ (coord.), *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 1-13.
- FOOTE-WHYTE, William. (1990), “Treinando a Observação Participante”. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.), *Desvendando Máscaras Sociais*, 3 ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990, p.77-86.
- GOMES, Ângela de Castro et alii. (1988), *Velhos Militantes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GROSSI, Yonne de Souza. (1981), *Mina de Morro Velho*. São Paulo, Paz e Terra.
- IGLESIAS, Esther. (1984), “Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural”. *Dados*, v. 27, n.1.
- JONES, Gareth Stedman. (1983), *Languages of Class*. Cambridge, Cambridge University Press.
- JOUTARD, Philippe. (1984), “El Tratamiento del Documento Oral”. *Debats*. Valencia, n.10. (Extraído de *Ces voix qui nous viennent du passé*, Hachette, Paris, 1983.)
- JOYCE, Patrick. (1993), “O Inglês do Povo: língua e classe na Inglaterra (1840-1920)”. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo, Editora da UNESP. p. 207-258.
- KENNY, Michael. (1987), “The Patron-Client Relationship in Interviewing: An Anthropological View”. *The Oral History Review*, v. 15.
- LE GOFF, Jacques. (1984), “História”. In: \_\_\_\_ (org.), *História e Memória*. Portugal, Imprensa Nacional, p. 158-259. (*Enciclopédia Einaudi*, v. 1)
- LEQUIN, Yves e MÉTRAL, Jean. (1980), “A La Recherche d’Une Mémoire Collective: Les Métallurgistes Retraités de Givors”. *Annales ESC*, v. 35, n.1.
- LOPES, José Sérgio Leite. (1978), *O Vapor do Diabo*. 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1988), *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo, Marco Zero/Brasília, Editora da UNB/MCT/CNPq.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. (1967), *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- MARONI, Amnéris. (1982), *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense.
- MELLO E SOUZA, Antônio Candido de. (1975), *Os Parceiros do Rio Bonito*. 3 ed., São Paulo, Duas Cidades.
- MICELI, Paulo Celso. (1984), *Era uma vez em sertãozinho*. São Paulo, Nobel.
- MONTEIRO, Douglas T. (1974), *Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*, São Paulo, Duas Cidades.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. (1992), *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto.
- MUNHOZ, Sidnei José. (1989), *A ordem do “caos” e o ocaso da ordem*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- PAPY, Michel. (1980), “Aspects et problèmes de l’enquête orale en histoire: une expérience en milieu ouvrier à Oloron-Sainte-Marie (Pyrénées-Atlantiques)”. *Le Mouvement Social*, Paris, n. 112.
- PINÇON, Michel e PINÇON-CHARLOT, Monique. (1989), *Dans les Beaux Quartiers*. Paris, Éditions du Seuil.
- POLLAK, Michael. (1987), “Pour un Inventaire”. *Les Cahiers de L’IHTP*, n. 4 (Questions à l’histoire orale).
- PORTELLI, Alessandro. (1981), “The Peculiarities of Oral History”. *History Workshop*, n. 12.

- PORTER, Roy. (1993), "Introdução". In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo, Editora da UNESP. p. 13-37.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1983), *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. 2 ed., São Paulo, CERU/FFLCH-USP.
- \_\_\_\_\_. (1987), "Relatos Oraís: do 'indizível' ao 'dizível'". *Ciência e Cultura*, v. 39, n. 3, p. 272-286.
- RAMALHO, José Ricardo. (1989), *Estado-Patrão e Luta Operária- o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RODRIGUES, Arakcy Martins. (1978), *Operário, Operária*. São Paulo, Símbolo.
- SCHROVER, Marlou. (1990), "Memory and Identity of Dutch Caravan Dwellers". *Oral History*, v. 18, n. 1, p.41-43.
- SIGAUD, Lygia. (1971), *A Nação dos Homens: uma análise regional de ideologia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971.
- \_\_\_\_\_. (1979), *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, Duas Cidades.
- THOMPSON, Paul. (1992), *A Voz do Passado: História Oral*. São Paulo, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1984), "La Historia Oral y el Historiador". *Debats*, Valencia, n. 10.
- VIDAL, Diana Gonçalves. (1990), *No Averso das Teclas: virtuosos e concertistas da sinfonia (sempre) inacabada do trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- VON SIMSON, Olga de Moraes. (1989), *Branços e Negros no Carnaval Popular Paulistano, 1914-1988*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo.
- WEBER, Regina. (1989), *A Formação do Trabalhador Fabril: História Oral em Ijuí/RS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- ZALUAR, Alba. (1985), *A Máquina e a Revolta*. São Paulo, Brasiliense.